

A CRIANÇA, UMA QUESTÃO CULTURAL

*Teresinha Bastos Scorsato*¹

O artigo tematiza a criança e os ideais que a cultura espera dela nos diferentes tempos históricos. Assinala o lugar em que a criança se situa na sociedade moderna, através do discurso social de uma cultura do individualismo e do amor narcísico dos pais.

¹ Professora da disciplina de Psicologia na UPF; psicóloga clínica; mestre em Educação pela Ufrgs.

A sociedade contemporânea é marcada por um grande investimento na infância; tanto a família quanto as autoridades políticas e religiosas, profissionais da área de saúde e educação têm dirigido maior atenção à criança. Sabe-se, no entanto, que o tratamento dado às crianças foi diferente em outras épocas e em outras culturas. Philippe Ariès (1981), historiador francês, mostrou que houve uma longa evolução para que o sentimento da infância realmente se arraigasse nas mentalidades.

Foi no início do século XVII que os adultos modificaram sua concepção da infância e concederam uma visão nova à criança, o que não significa ainda que se lhe reconheça um lugar privilegiado na família e que se faça dela o seu centro. Havia nessa época, expressada através da filosofia e teologia, uma manifestação de medo da infância; a criança aparecia como símbolo da força do mal, do pecado original, o que evidenciava o ponto de vista da natureza humana corrompida. Para Santo Agostinho, citado por Badinter (1985), "o pecado da criança em nada difere do pecado do pai". Esse enunciado denuncia o quanto a infância aparece como marca da fraqueza do homem. Tal compreensão da criança contribuiu para uma educação repressiva, em que era preciso domesticar o indivíduo durante a infância para que se tornasse um adulto ajustado.

Além disso, os fatos históricos evidenciam que se ocupar com crianças não era algo valorizado; as mães recusavam-

se a amamentar, principalmente as da alta aristocracia. As mães de origem social modesta também ficavam distantes de seus filhos, pois trabalhavam em outras atividades não domésticas.

Seguindo o percurso da história, no século XVIII, a criança era vista como um brinquedo. A palavra usada para designá-la era *poupart*, que significa *boneca*. Refere Badinter:

... poupart é considerado com muita freqüência pelos pais como um brinquedo divertido do qual se gosta pelo prazer que proporciona, e não pelo seu bem. É uma espécie de pequeno ser sem personalidade, um jogo nas mãos do adulto... mas quando tem idade e se torna sério, não nos interessa mais... à familiaridade excessiva sucede uma severidade exagerada, ou uma indiferença gélida (1980).

Surgia, assim, a criança-máquina. O médico Leroy (1974) entende "a criança como uma máquina cujas molas, forma e matéria seriam fáceis de reformar", dando a entender que se poderia reconstruí-la, remodelá-la segundo um novo modelo, graças à medicina e à educação.

É interessante assinalar que o interesse médico pela criança surgiu no século XIX, e a palavra *pediatria* em 1872. Até então, havia indiferença em relação às crianças e era indigno dar-lhes atenção; ocupar-se de crianças era de competência das mulheres. Parece que isso ainda tem reflexo nos dias atuais,

pois os profissionais que lidam com crianças não são os mais bem remunerados ou valorizados.

Assim, na construção histórico-cultural, a criança sai do anonimato, ou seja, vai desde a indistinção adultos-crianças até a atribuição de um lugar diferenciado; passa pela criança-anjo, do século XIII, à criança-nua da fase gótica, à criança-objeto-de-paparicação e vai ocupar, na nossa época, o lugar da criança-majestade.

E, pergunta-se, de que forma se enuncia a criança na nossa cultura?

Ao procurar o significado da criança no discurso social vigente e interpretar o lugar que ela ocupa nas relações adulto-criança, deparamo-nos com muitas contradições.

Tanto a violência como a droga, a indisciplina, o fracasso escolar são apontados como efeitos de uma sociedade que agoniza em torno dos objetos de consumo, onde o obter sucesso e ser exclusivo tornaram-se o meio socializado de construção de identidade pessoal, cultura essa que, embora pretenda ser universal, é fundamentalmente individualista. Ora, o discurso dominante que impõe ao indivíduo o sucesso, o direito ao prazer, à felicidade plena, sem interessar de que maneira ou se é possível ou não alcançá-la, traz uma problemática para o sujeito.

Como o sistema social organiza-se com base na troca, podemos destacar que essas trocas se dão na relação do sujeito com o objeto, e hoje é o objeto que se si-

tua no centro da cena. O objeto contém imaginariamente o que falta, e aí o homem é seduzido por uma imagem que promete aliviá-lo de todo o sofrimento possível. Buscar o bem-estar individual acima de todas as coisas revela o triunfo do individualismo em uma cultura na qual se recalca a transmissão dos ideais do eu e prevalece a transmissão narcísica do lugar do eu ideal.

Dizendo de outro modo, hoje não estamos mais comprometidos com os sonhos de nossos ancestrais; dar continuidade a esses ideais tornou-se obsoleto e antiquado; criamos novas imagens, aliás, corremos atrás de novas imagens a cada instante para dar conta de outra, outra imagem. São imagens instantâneas e descartáveis, que supostamente permitem jubilar-nos com nossa completude.

Então, qual o lugar das crianças frente a esse contexto?

A criança, ao nascer, relaciona-se simbioticamente com a mãe, relação que se apresenta como um estado de completude para o bebê, no momento em que surge o primeiro esboço do investimento libidinal. A mãe investe e delimita um lugar para o filho através do eu ideal que pertence ao registro imaginário. Esse eu é elaborado a partir da imagem do próprio corpo no espelho. Essa imagem é o suporte da identificação primária da criança com seu semelhante, constituindo o ponto inaugural da alienação do sujeito, momento em que segue seu percurso evolutivo na relação com o outro, dando lugar às novas identificações, as

chamadas *identificações secundárias* onde o eu se objetiva.

É na entrada de um terceiro, o pai, que se instala o ideal do eu que pertence ao registro simbólico. Tal relação com a cultura se dá através da linguagem e, portanto, por intermédio do outro. Aqui o sujeito vai tentar conciliar as exigências libidinosas e culturais, momento em que se opera a castração simbólica, função importante para a constituição do sujeito. O amor que devotamos às crianças passa, então, pela relação que temos com a linguagem, a qual determinará um lugar no social.

Freud, em 1914, na introdução do narcisismo, explica que o amor pelas crianças não é um amor natural, nem tem um fundamento adaptativo ou comportamental, mas, sim, que nós amamos as crianças por aquilo que elas representam. Essa teoria cultural do amor para com as crianças que Freud apresenta consiste em dizer que não é um amor por nós mesmos enquanto crianças, ou como fomos amados pelos nossos pais, mas por continuar amando o que não somos, o que não conseguimos ser ainda, o que esperamos vir a ser, ou seja, as crianças representariam um ideal que fracassamos em atingir; continuamos amando nelas um ideal que não é nosso, mas que é o ideal de nossos adultos.

A teoria freudiana, retomada por Lacan e citada por Calligaris (1993), diz:

Nós amamos as crianças, geralmente em nossa cultura, de uma maneira muito particular; essa é uma teoria solidária dos

elementos básicos da constituição do eu, por que o amor narcísico é o que funda efetivamente o eu ideal e o funda como ligado a projeto eventual de identificação ao falo...

Nesse caso, amar as crianças seria resgatar a dívida do que não conseguimos ser, para nossos pais e vir a ser o que eles também não conseguiram ser para com os seus próprios pais. Essa explicação cultural do amor das crianças parece garantir a reprodução social efetiva de nossa cultura.

Calligaris (1993) esclarece a explicação de Freud afirmando que não se trata de uma realização fálica concreta ou da transmissão de um sonho não realizado, e, sim, da impossibilidade do vir a ser que garante a constituição do sujeito.

Ora, se o amor às crianças não é natural e está relacionado com a história e a cultura, podemos pensar que o amor às crianças está ligado ao sintoma social, implícito no discurso dominante de uma sociedade em uma dada época.

Exemplifica Philippe Ariès (1981), sobre a morte das crianças antes do começo do século XIX, que isso não era motivo para lamentações como o é na nossa cultura, pois a criança não era socializada pelas mesmas razões de hoje. A forma como cuidamos das crianças hoje parece ser efeito do nosso intenso investimento narcísico, daí que o mal-estar provocado pelos fracassos educativos torna-se insuportável.

Para que uma criança exista, é preciso que alguém a queira, ou que alguém a deseje, e que esse adulto esteja numa posição de reconhecimento social. Aqui, os pais e os professores, enfim, os educadores estão implicados e bastante convincentes.

A infância começou a existir como uma realidade própria e separada, conforme relata Ariès; como um tempo de preparação de alguma forma para a vida adulta. Assinala Calligaris (1993), que “esse tempo separado parece estar marcado no momento em que começamos a investir narcisicamente”.

Surge outra indagação a respeito do tempo de duração da infância, que atualmente parece mais prolongado. Há uma preocupação maior de proteção à infância. Protegemos por que e de quê? Será que protegemos da representação do nosso próprio sonho narcísico? Reforça e afirma Calligaris (idem), que “o que anima a transmissão geracional é o amor narcísico. O investimento da criança como representante da imagem virtual a qual eu não consegui ser para a minha própria mãe...”

O problema parece situar-se na transmissão social, visto que o que se transmite hoje não são os ideais do eu, mas o eu ideal. Na transmissão do eu ideal, pede-se que a criança seja o próprio sonho narcísico, que ela responda a esse sonho, que ela represente a criança que não fomos e os adultos felizes que não somos.

Entendemos que o compromisso de realização dos sonhos de nossos pais é

tornar a terra o próprio paraíso, ou seja, o gozo é permitido, o prazer tem que ser aqui e agora, não há interdição. Os pais dizem, freqüentemente, “eu dei duro”, “meu trabalho foi pesado”, “não quero que meu filho passe por isso...”

A ética da nossa modernidade é ter sucesso e, para isso, convocamos os filhos, as crianças, para serem adultos eficientes, para satisfazerem certos objetivos predeterminados, que dêem resultados como as máquinas. Mas onde fica a criatividade, o inventar, o prazer de construir, o desejar?

Assim, a sociedade moderna se apresenta como uma cultura do individualismo, do investimento e, se os pais querem dar tudo ao seu filho, também aí está o tudo a cobrar.

Conclui-se que o entendimento da criança e do amor para com elas não é natural, mas cultural. E, conforme os conceitos psicanalíticos, o mal-estar de nossa cultura está na instauração das frustrações da castração, do acesso ao gozo, do achatamento dos ideais do eu sobre o eu ideal.

O gozo coloca o sujeito no suposto estado ideal de felicidade absoluta e impossível, sem entrave de nenhum limite à descarga total da tensão.

Então, educar crianças é reformulação cultural produzida e conceituada de formas diferentes em determinado tempo, em determinado espaço histórico, onde a felicidade possível parece ser a transmissão da falta simbólica, a transmissão dos ideais do eu, ou seja, o que se pode transmitir é a possibilidade de sonhar.

ABSTRACT

The theme of the article is about the ideals which culture expects in the different historical times. It points out the place where a child is situated in modern society as a culture of individualism and of the parents' narcissistic love.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. São Paulo: Zahar, 1981.
- BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CALLIGARIS, Contardo. *As crianças*. Seminário da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Porto Alegre, 1993.
- FREUD, Sigmund. Sobre o narcisismo: uma introdução. 1914. In: *A história do movimento psicanalítico*. Artigos sobre metapsicologia e outros. V. XIV. Rio de Janeiro: Standar Brasileiro, 1974.